Art. 2º Terão permissão de usuário nesta unidade os Encarregados Setoriais e o Encarregado Governamental, conforme subordinação aos seus respectivos órgãos e designação oficial publicada pelo órgão ou entidade.

Art. 3º Outros servidores poderão ser designados pelo Encarregado Setorial para compor a equipe da Unidade Gestora da Lei Geral de Proteção de Dados (ULGPD).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME SANTANA DE SOUSA

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 94, DE 26 DE JULHO DE 2021

Altera a Resolução Normativa nº 61, de 2012, e da novas providências.

O VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL , órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, por deliberação da 66ª Reunião Plenária Extraordinária, de 13 de julho de 2021, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no § 2º do art. 90 da Lei nº 8.069, de 1990, resolve:

Art. 1º A Resolução Normativa nº 61, de 1º de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

§ 1º É vedada a destinação de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - despesas que não se identifiquem com os objetivos ou com o funcionamento do CDCA/DF; e

II - para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, cujos fundos devem ser previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos encarregados da sua execução, conforme determina o § 2º do art. 90 da Lei nº 8.069, de13 de julho de 1.990, que dispôs sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

§ 2º Eventuais despesas que não se identifiquem diretamente com a realização dos seus objetivos, mas importantes como meio de implementação desses objetivos, dependerão de deliberação do Plenário do CDCA/DF.

Art. 9º (...)

§ 1º A pessoa física ou jurídica poderá na destinação do recurso indicar um ou mais projetos de entidades que tenham autorização de captação de recursos expedida nos termos deste artigo, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º É facultado à pessoa física que destinar recursos ao CDCA-DF indicar tão somente a entidade beneficiária, desde que portadora de registro no CDCA-DF, sem necessidade de indicar um projeto específico, hipótese em que caberá à própria entidade fazer a apropriação ao projeto que julgar conveniente.

Art. 10. (...)

§ 1º O prazo de validade da autorização para captação será indeterminado, mas poderá ser cassada da entidade que incorrer em qualquer irregularidade.

§ 2º Não há limite quantitativo de projetos habilitados pelo CDCA-DF para a captação de recursos por entidade, porém os projetos habilitados não poderão ser inscritos e participar de eventual chamamento público para apresentação de projeto, no âmbito do CDCA-DF.

Art. 10-A. A entidade privada que tenha autorização de captação de recursos deverá celebrar Termo de Fomento com o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

"Art. 11. (...)

§ 1º A chancela do projeto não obriga seu financiamento pelo FDCA/DF, caso não tenha sido captado valor suficiente.

§ 2º Os projetos poderão ser financiados de forma integral nas modalidades de subvenção social e ou auxílio investimento, incluindo obras, reformas e ampliações."

"11-A. A entidade autorizada a fazer captação de recursos poderá, a qualquer tempo, solicitar ao CDCA-DF autorização para aplicar os recursos no projeto respectivo.

§ 1º A aplicação dos recursos deve obedecer ao Plano de Ação apresentado quando da solicitação de aplicação de recursos captados, aprovado pelo CDCA-DF.

§ 2º A aplicação dos recursos do FDCA na forma deste artigo sujeita-se às disposições do Capítulo IV, exceto quanto ao disposto no art. 14."

"Art. 14. A utilização dos recursos do FDCA/DF para financiar programas, projetos e/ou ações, contemplados ou não no Plano de Aplicação, exceto os projetos chancelados para captação de recursos ao FDCA, de que trata o inciso III do art. 9º, será objeto de edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal no qual deverão constar prioridades, critérios, informações, especificidades e pressupostos legais necessários à concessão do financiamento, respeitadas as normas desta Resolução."

Art. 2º Excepcionalmente, as Entidades indicadas como beneficiárias de recursos captados de pessoas físicas e/ou jurídicas, não apropriados a projetos específicos em razão de terem sido aportados ao FDCA após o dia 18 de dezembro de 2020, prazo final de captação estabelecido no Edital de Chamada Pública n° 18, de 2018, poderão solicitar sua apropriação ao seu primeiro projeto de captação aprovado na forma do art. 10 da Resolução Normativa nº 61, de 1º de agosto de 2012, na redação dada por esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o art. 22 da Resolução Normativa nº 61, de 1º de agosto de 2012.

JOÃO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA

RESOLUÇÃO DE REGISTRO Nº 151, DE 22 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a Concessão de Registro provisório da entidade INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - INSTITUTO BERÇO DA CIDADANIA

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, de acordo com os artigos 90 e 91 da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), nos termos dos artigos 17, XI e seguintes do seu Regimento Interno, e da Resolução Normativa nº 91, de 22 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Fica CONCEDIDO o registro provisório da entidade INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - INSTITUTO BERÇO DA CIDADANIA, CNPJ nº 08.923.241/0001-14,processo 00400-00008422/2021-81, conforme Resolução Normativa nº 91, de 22 de abril de 2020, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal- CDCA/DF.

Art. 2º Esta Resolução de Registro entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA

COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, por videoconferência, a coordenadora da Comissão Especial abre os trabalhos da 20ª Reunião Ordinária da Comissão Especial de Seleção - Edital nº 1/2020 do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA/DF. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Graziele Lima da C. Nogueira, representante do Gabinete do Governador e coordenadora da Comissão; Eduardo Chaves, representante da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes – Subpca; Kelly Cristina Tavares, representante da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo/Sejus-DF. Demais participantes: Marina Ventura Peixoto e João Paulo Carvalho Vinhal – DIPROJ/SECDCA. Item 1. Processo 00400-00053035/2020-18. Instituição: Projeto Integral de Vida - Pró-Vida. Projeto: Fortalecimento para a Vida - Pró-Vida. Habilitação do projeto. A Comissão toma conhecimento do Parecer Técnico de reanálise nº 361/2021 - SEJUS/CDCA/SECDCA/DIPROJ, o qual aponta que a instituição realizou todas as correções de ordem técnica solicitadas no Plano de Trabalho. Em relação ao item 1.1, que trata da reformulação da descrição dos itens da obra e aumento de alguns valores, justificado pela OSC devido à alta do preço do aço no último ano, a Comissão toma conhecimento de que os valores novos estão compatíveis com a média atual de mercado e delibera por autorizar as alterações. Já o item 1.4 trata da retirada de cinco computadores, um notebook e um projetor do Plano de Trabalho para compensar o aumento de valor da obra, e ligeiro aumento no valor dos três computadores restantes, devido à correção da descrição desses itens. A Comissão toma conhecimento de que o valor novo está compatível com a média atual de mercado, e que os computadores retirados do projeto não serão utilizados pelos atendidos, mas sim pela equipe, e delibera por autorizar as alterações. O item 2.1 diz respeito ao aumento do valor da grama sintética, ao qual a OSC justificou que seguiu a média apontada pela pesquisa de preços. A Comissão de Seleção toma conhecimento de que, na verdade, o valor utilizado pela OSC não corresponde à média encontrada na pesquisa, mas sim a um dos componentes da média. A Comissão delibera por solicitar que a instituição readeque o valor do item para a média correta da pesquisa de preços. Por fim, quanto ao item 2.2, que trata do aumento do valor do alambrado utilizado na obra das salas, também justificado pelo aumento no preço do aço, a Comissão toma conhecimento de que o valor novo está compatível com a média atual de mercado e delibera por autorizar a alteração. Diante do exposto, a Comissão delibera por notificar a OSC para que apresente a correção relativa ao item 2.1 do Parecer. O Plano de Trabalho corrigido deverá ser levado à próxima reunião da Comissão, para habilitação do projeto. Item 2. Processo nº 00400-00053044/2020-17. Instituição: Obras Sociais Grupo Espírita Fraternidade Irmã Celina. Projeto: Lapidar: Inovação e Sustentabilidade. Habilitação do projeto. A Comissão toma conhecimento do Parecer Técnico de reanálise nº 357/2021 - SEJUS/CDCA/SECDCA/DIPROJ, o qual aponta que a instituição realizou todas as correções de ordem técnica solicitadas no Plano de Trabalho. Em relação ao item 2.5 do Parecer, que trata de alterações nos valores e quantidades de alguns itens, a Comissão toma conhecimento de que os valores novos estão compatíveis com a média atual de mercado e delibera por autorizar as alterações. A Comissão delibera pela habilitação do projeto. Item 3. Processo nº 00400-00053059/2020-77. Instituição: Organização Nova Acrópole Lago Norte. Projeto: Bem-estar das Crianças. Habilitação do projeto. A Comissão toma conhecimento do Parecer Técnico de reanálise nº 362/2021 - SEJUS/CDCA/SECDCA/DIPROJ, o qual aponta que a instituição realizou todas as correções de ordem técnica solicitadas no Plano de Trabalho. A Comissão delibera pela habilitação do projeto. Item 4. Prorrogação do prazo de habilitação. A Comissão discute acerca da necessidade de prorrogação do prazo de habilitação do Edital nº 01/2020, haja vista que o prazo original previsto no cronograma não foi suficiente para habilitar os projetos. A Comissão delibera por propor, na próxima Plenária do CDCA/DF, a prorrogação do prazo até o dia 29/10/2021. A Comissão, por fim, decide por realizar suas próximas reuniões semanalmente, às quintas feiras, no horário de 10h30. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às onze horas e quinze minutos, e eu, Marina Maria Ventura Peixoto, lavrei a presente Ata que vai assinada pela Coordenadora da Comissão Especial de Seleção - Edital nº 01/2020 do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. GRAZIELE LIMA DA CUNHA NOGUEIRA. Coordenadora. Comissão de Seleção do Edital nº 01/2020